



Determinantes do *Disclosure* do CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes por Companhias Listadas na B3

Resumo: No Brasil, como tradução da norma internacional promulgou-se o CPC 25 que trata das Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, que por sua vez, trouxe mudanças nas definições e critérios de reconhecimento, mensuração e evidenciação destes termos. Assim, este estudo tem como objetivo analisar os determinantes do *disclosure* das exigências contidas na referida norma contábil pelas companhias listadas na B3. A amostra desse estudo restringiu-se as companhias que fazem parte do Índice Brasil 100 (IBrX 100), e para tanto suas notas explicativas e demonstrações financeiras foram submetidas a um *check list* composto de 13 quesitos obrigatórios a serem apresentados pelas companhias conforme o CPC 25. A partir dos resultados foi possível constatar que a média de *disclosure* das provisões foi de 78,12% e 76,32% para as contingências. Com relação aos setores, os que apresentaram maior grau de aderência ao CPC 25 foi o de telecomunicações e Petróleo, gás e biocombustíveis com percentual de 94,87%. Os níveis de governança corporativa da B3 com maior nível de *disclosure* de provisões e contingências foi o tradicional, com média de 89,23% e em segundo lugar as companhias do nível 1 com média de 80,22%. Com isso, fez-se o teste de normalidade dos resíduos, e de correlação, verificando a não normalidade das variáveis. Segregando os dados, fez-se o teste de Correspondência (Anacor), confirmando o resultado da normalidade, de que das variáveis econômicas e de tamanho utilizados no estudo, apenas a variável rentabilidade apresentou significância estatística satisfatória contradizendo estudos anteriores.

Palavras-chave: PROVISÃO, ATIVO CONTINGENTE, *DISCLOSURE*, PASSIVO CONTINGENTE.

Linha Temática: Contabilidade Financeira



1. Introdução

A Contabilidade é uma ciência social aplicada, a qual sofre fortes interferências de aspectos culturais, históricos, políticos e econômicos do ambiente, os quais atuam, também, nos procedimentos contábeis de cada país. Desse modo, a Contabilidade é uma área do conhecimento que recebe constantes ações do ser humano (Niyama, 2009). Por essa razão, trata-se de um processo de identificação, medição e comunicação de informação econômica que permite juízos e decisões por parte dos usuários (Pereira, 2011).

Nesse contexto, o processo de harmonização contábil teve como intuito igualar as normas contábeis, de modo a proporcionar maior transparência por meio de parâmetros uniformes. Nesse caso, as Normas Internacionais de Contabilidade, também conhecidas como IFRS (*International Financial Reporting Standards*), foram criadas com o propósito de ser um conjunto normas contábeis padrão, aceitas internacionalmente.

A harmonização das normas internacionais buscou trazer diversas vantagens para as companhias que utilizam as normais contábeis adequadas ao ambiente em que está inserido. Dentre estas vantagens destacam-se: (i) melhorar e aumentar a transparência, a compreensão e a comparabilidade das informações difundidas nos diferentes mercados financeiros; (ii) reduzir custos de elaboração, de divulgação e de auditoria das demonstrações financeiras; (iii) elimina significativamente as diferenças em resultados gerados pelo reconhecimento contábil das operações a partir de um único conjunto de normas; (iv) viabiliza os investimentos diretos e estrangeiros, bem como o fluxo de capital internacional; (v) facilita e simplifica o processo de consolidação das demonstrações; e (vi) aperfeiçoa a comunicação da empresa com seus investidores nacionais e estrangeiros (Benedicto, 2011).

No Brasil, o caminho da convergência para as normas internacionais de contabilidade passou pela criação de um órgão único para a emissão de normas de contabilidade: o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Este órgão conduziu o processo de tradução e adaptação das normas internacionais com as quais as empresas brasileiras deveriam trabalhar a partir de então (Salotti, 2015).

O processo de convergência às normas internacionais não obedeceu à lógica europeia, que permitiu considerável lapso temporal entre a normatização e a aplicação das normas. Pelo contrário, a Lei n. 11.638/07 competiu à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), em convênio com o recém-criado Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), regulamentarem as alterações legais previstas (Barcelos, 2012).

Dentre os diversos Pronunciamentos Técnicos emitidos, encontra-se o CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, oriundo da tradução da IAS 37 (*Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets*), que estabeleceu novos critérios e bases para a forma adequada de reconhecimento e mensuração das provisões e das possíveis contingências dentro das demonstrações contábeis.

O reconhecimento, a mensuração e a evidenciação das contingências proporcionam aos usuários das demonstrações financeiras maior transparência em relação à situação das empresas. Desse modo, para que os usuários externos tenham informações mais claras sobre a empresa, faz-se necessária a divulgação desses valores, uma vez que apenas os usuários internos têm acesso a esse tipo de informação, principalmente no que tange aos riscos relacionados aos valores contingentes (Castro, Vieira & Pinheiro, 2015).

Diante do exposto, este estudo buscou responder à seguinte indagação: quais os determinantes do *disclosure* das Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes de



acordo com o CPC 25 por companhias listadas na B3?. Assim, o objetivo foi analisar os determinantes do *disclosure* das exigências contidas no CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes pelas companhias listadas na B3.

Nesse sentido, este estudo faz-se importante na medida em que busca analisar e compreender melhor as mudanças que ocorreram quanto ao tratamento das provisões e passivos contingentes com o advento das normas internacionais. Tais mudanças podem ser observadas desde o conceito dos termos até a evidenciação, passando pelo reconhecimento e pela mensuração. Diante dessas transformações, as companhias precisaram abandonar os antigos conceitos tão utilizados, passando a adotar não apenas essa nova concepção contábil, como também os novos padrões a serem seguidos.

Além disso, a realização desta pesquisa justifica-se pelo fato de a divulgação de contingências ser um aspecto relevante para os usuários externos acessarem informações acerca dos riscos aos quais as entidades possam estar expostas. Levando em consideração que é através das demonstrações financeiras e notas explicativas que os usuários obtêm informações para a tomada de decisões.

Assim, por meio deste, pretende-se contribuir para a elevação do nível de segurança dos usuários, uma vez que os resultados servirão para identificar uma possível assimetria informacional existente entre a divulgação de provisões, ativos e passivos contingentes no mercado brasileiro em relação às informações evidenciadas (Castro *et al.*, 2015).

2 Plataforma Teórica

2.1 Convergência às Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS)

No contexto econômico, uma economia globalizada exige, para seu maior controle, planos de ação em relação às discrepâncias que existem nas regulamentações e práticas contábeis de outros países. Desse modo, fez-se necessária a harmonização das normas contábeis.

Nesse cenário, o processo internacional de harmonização das normas contábeis foi necessário, pois melhorou e aumentou a transparência e a compreensão das normas contábeis; eliminou significativamente as diferenças em resultados gerados pelo reconhecimento contábil das operações a partir de um único conjunto de normas; viabilizou os investimentos diretos e estrangeiros e o fluxo de capital internacional; facilitou e simplificou o processo de consolidação das demonstrações financeiras (Benedicto, 2011).

Segundo Cunha (2015), a internacionalização da contabilidade fez surgirem as convergências de práticas existentes da contabilidade para as normas em IFRS (*International Financial Reporting Standards*), que significa Normas Internacionais de Relato Financeiro. Dentre o elenco de normas em IFRS, há as IAS (*International Accounting Standards*), que significa Normas Internacionais de Contabilidade.

De acordo com Jacques (2009), o objetivo do IASB tem sido alcançado pela coordenação de trabalhos de proposição, discussão e aprovação de normas contábeis internacionais, anteriormente publicadas como *International Accounting Standard* (IAS) e, a partir de 2003, como *International Financial Reporting Standard* – IFRS.

Conforme Costa *et al.* (2014), até 2010, mais de 100 países já haviam adotado as normas internacionais de contabilidade IFRS, emitidas pelo IASB (*International Accounting Standard Board*).

No Brasil, conforme explicam Diniz *et al.* (2014), a legislação que marcou o processo de convergência às normas internacionais, de forma abrangente, foi a Lei nº 11.638/07, que



alterou a Lei nº 6.404/76. De acordo com os autores, a promulgação dessa lei fez com que o processo brasileiro de convergência às normas IFRS passasse a ser desenvolvido por meio de um sistema de regulação que envolvia o Estado, por intermédio de seus órgãos reguladores.

Assim, foi criado o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) por meio da Resolução CFC nº 1.055, de 07/10/2005, com o objetivo de estudar, preparar e emitir pronunciamentos técnicos, levando sempre em consideração a convergência do padrão contábil brasileiro ao padrão internacional (Costa *et al.*, 2012).

Essa convergência, de acordo com Ferreira (2013), pode ser dividida em duas fases. Na primeira, ocorrida em 2008, o CPC emitiu 14 pronunciamentos com o intuito de disciplinar o tratamento contábil das mudanças ocorridas com a criação da nova lei. Esses pronunciamentos, segundo o autor, eram de aplicação obrigatória para as demonstrações contábeis elaboradas para o exercício findo em dezembro de 2008.

A segunda fase se deu com a emissão de 26 normas as quais entraram em vigor no final de 2010, sendo aplicados retroativamente a todos os períodos comparativos apresentados, optando-se, nesse caso, pela transição no início de 2009. (Ferreira, 2013). A figura 1 ilustra essa fase da convergência das normas internacionais no Brasil, conforme Costa *et al.*, (2014, p.7)

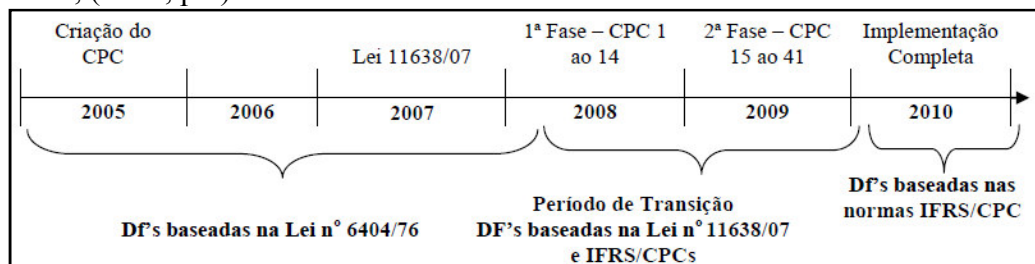


Figura 1 Representação do processo de implementação do IFRS no Brasil

Fonte: Costa *et al.*, (2014, p.7)

2.2 IAS 37 E CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

Nesta seção, foram abordados os conceitos básicos da norma contábil aplicada às Provisões, aos Passivos Contingentes e aos Ativos Contingentes, bem como os estudos anteriores sobre o tema. Nesse sentido, é importante ressaltar que o objetivo da IAS 37 e do CPC 25 é definir critérios de reconhecimento e bases de mensuração para provisões, contingências passivas e contingências ativas, e regras para divulgação de informações suficientes nas notas explicativas, além de permitir que os usuários das demonstrações entendam sua natureza, época e valor.

2.2.1 Provisões

O Brasil passou a adotar o padrão contábil internacional a partir do momento que aderiu às normas internacionais de contabilidade e criou o Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Com isso, surgiram discussões práticas e teóricas sobre reconhecimento, mensuração e divulgação dos elementos patrimoniais.

Conforme explica Matias (2013), com o resultado da promulgação dessas normas, passou a ser obrigatória a divulgação de passivos contingentes, conforme trata o pronunciamento contábil CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - o qual é correlacionado à norma internacional IAS 37.



Assim, objetivo da IAS 37, e do CPC 25, é definir critérios de reconhecimento e bases de mensuração para provisões, contingências passivas e contingências ativas, além de regras para divulgação de informações suficientes nas notas explicativas, com o objetivo de permitir que os usuários das demonstrações entendam sua natureza, época e valor (Avelar *et al.*, 2014).

Com isso, o CPC 25 define os conceitos básicos para reconhecer uma provisão, conforme supracitado na figura 2.

Obrigação Presente	Para reconhecer uma obrigação presente, é necessário que seja mais provável que vá existir a obrigação do que não. Na maioria dos casos, fica claro se há essa obrigação, caso contrário, é necessário que toda evidência seja considerada para verificar se é mais provável que a obrigação vai existir ou não. Uma obrigação envolve sempre outra parte a quem se deve a obrigação, mesmo que não seja identificável.
Evento Passado	Denominado fato gerador, é aquele que tem condições de criar uma obrigação. As obrigações são criadas quando a entidade não tem alternativa, senão liquidar a obrigação gerada. Isto ocorre (i) quando a liquidação da obrigação puder ser executada por lei; ou (ii) no caso de uma obrigação presumida, quando o evento criar expectativas válidas para outras partes da entidade que liquidará a obrigação.
Saída provável de recurso	Além da obrigação presente, a probabilidade de desembolso de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar essa obrigação é necessária para que um passivo se qualifique para reconhecimento. Um fluxo de saída de recursos ou outro evento só é considerado como provável se o evento tiver maior probabilidade de ocorrer (mais que sim do que não). Caso uma obrigação existente não seja provável, a entidade deve divulgar um passivo contingente.
Estimativa Confiável de Obrigação	Quase sempre, a entidade é capaz de determinar um grande conjunto de desfechos possíveis e pode, portanto, fazer uma estimativa que seja suficientemente confiável para usar no reconhecimento de uma provisão. Quando não é possível fazer uma estimativa confiável, o passivo deve ser divulgado como um passivo contingente.

Figura 2 Conceitos básicos para se reconhecer uma provisão

Fonte: CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

O termo provisão é definido pelo CPC 25 como “um passivo de prazo ou de valor incertos”. Ou seja, “Passivo é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos” (CPC 25, 2009, p.3).

2.2.2 Contingência

O termo passivo contingente caracteriza-se por uma saída de recursos possível, mas não provável. Nesse caso, a entidade não reconhece um passivo contingente, sendo necessária apenas a sua divulgação em notas explicativas (Fipecafi, 2010).

Assim, contingência é definido como “uma condição ou situação existente, ou um grupo de circunstâncias que envolvam incertezas referentes a possíveis ganhos ou perdas para uma entidade, que será resolvida quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer” (Matias, 2013, p.17).

Conforme explicitado na Resolução CFC 1.121/2008, revogada pela Resolução CFC 1.374/2011,

[...] A maioria das informações contábeis está sujeita a algum risco de ser menos do que uma representação fiel daquilo que se propõe a retratar. Isso pode decorrer de dificuldades inerentes à identificação das transações ou outros eventos a serem avaliados ou à identificação e aplicação de técnicas de mensuração e apresentação que possam transmitir, adequadamente, informações que correspondam a tais transações e eventos. (Conselho Federal de Contabilidade, 2008)



Dentre essas dificuldades, podem-se citar

[...] (a) uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade; ou (b) uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não é reconhecida porque: (i) não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação; ou (ii) o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade. (CPC 25, 2009, p. 5).

Assim, a norma contábil CPC 25 define os critérios para a mensuração, reconhecimento e divulgação do passivo contingente. De acordo com Matias (2013), mensurar um passivo contingente é tarefa difícil, pois seu valor será determinado a partir de eventos futuros. Conforme explica o autor, para auxiliar a confiabilidade e a mensuração dessas exigibilidades, a deliberação da CVM 594/09 relata que as estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pelo julgamento da administração da entidade, complementados pela experiência de transações semelhantes.

Já o ativo contingente, é definido por Almeida (2014) como “possível ativo presente, decorrente de eventos passados, cuja existência pode ser confirmada somente pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros, os quais não estejam totalmente sob o controle da entidade em questão”.

Com isso, tais ativos surgem da possibilidade de entrada de benefícios econômicos para entidade de eventos, esperados ou não. Ainda segundo o autor, esses ativos não são reconhecidos nas demonstrações contábeis até que a realização de ganho esteja praticamente certa. Isso permite caracterizar esse ganho como contingente (Fipecafi, 2010).

Em sentido geral, todas as provisões são contingentes, uma vez que estas são incertas quanto ao seu prazo ou valor. Porém, no CPC 25, o termo contingente “é usado para passivos e ativos que não sejam reconhecidos”. Sua existência somente é “confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controle da entidade” (CPC 25, 2009). O termo passivo contingente, portanto, é usado para “passivos que não satisfaçam os critérios de reconhecimento” (CPC 25, 2009).

Assim, a figura 3 define o que obrigatoriamente as companhias devem apresentar com relação às provisões e contingências conforme o CPC 25.

Provisões	
01	Os valores contábeis do início e do final do período.
02	As naturezas das provisões na data do balanço.
03	Provisões adicionais feitas no período, incluindo aumentos nas provisões existentes.
04	Valores utilizados e não utilizados revertidos durante o período.
05	O aumento, durante o período, no valor descontado a valor presente, proveniente do decurso do tempo, e o efeito de qualquer mudança na taxa de desconto.
06	Uma breve descrição da natureza da obrigação e o cronograma esperado de quaisquer saídas de benefícios econômicos resultantes, para cada classe de provisões.
07	Uma indicação das incertezas sobre o valor ou o cronograma dessas saídas; sempre que necessário para fornecer informações adequadas, a entidade deve divulgar as principais premissas adotadas em relação a eventos futuros, para cada classe de provisões.
08	O valor de qualquer reembolso esperado, declarando o valor de qualquer ativo que tenha sido reconhecido por conta desse reembolso esperado.
Contingências	
09	As classes de passivos contingentes na data do balanço.



Contabilidade e Perspectivas Futuras

Florianópolis, SC, Brasil
Centro de Eventos da UFSC
12 a 14 de agosto de 2018

10	Uma breve descrição da natureza do passivo contingente
11	A estimativa do seu efeito financeiro
12	A indicação de incertezas relacionadas ao valor ou momentos de ocorrência de qualquer saída
13	A possibilidade de qualquer reembolso

Figura 3 Elementos a serem apresentados conforme o CPC 25

Fonte: Fonteles, Nascimento, Ponte & Rebouças (2013).

2.3 Estudos empíricos sobre o tema

As questões usualmente abordadas nos estudos relacionados ao CPC 25, a saber, Provisões, Ativos e Passivos Contingentes demonstram, em geral, o modo como as companhias têm adotado e aplicado essa norma contábil em suas demonstrações financeiras, as quais são evidenciadas nas notas explicativas. Nota-se que os estudos referentes a esse assunto têm crescido, mas ainda se observa que existem poucas literaturas a respeito. Nesta seção, serão discutidos os estudos mais relevantes sobre a temática apresentada, de modo a contextualizá-la de modo mais eficiente. Rodrigues, 2011; Araújo, 2013; Matias, 2013; Fonteles *et al.*, 2013; Castro *et al.*, 2015; Lopes, 2015 e Farias, Hupples, Lopes & Noriller, 2016).

O estudo de Rodrigues (2011) analisou a história da ótica contabilística e fiscal acerca das provisões e contingências ao longo do tempo. Segundo o autor, acerca do passado, foram descritos fatos e acontecimentos registrados na história que envolvem esta matéria, sendo analisados os diversos conceitos utilizados, ao longo do tempo, assim como foi realizada a distinção entre eles, verificando-se que, ao longo da história, as provisões e contingências foram ganhando relevância e foram adquirindo um lugar importante na contabilidade e fiscalidade.

Posteriormente, Rodrigues (2011) realizou uma referência exaustiva ao normativo contabilístico passado sobre provisões e contingências, sendo na sua maioria normativos revogados, mas que contribuem para um melhor entendimento dos procedimentos, nesta matéria. Além disso, foram referenciados aspectos fiscais relativos às provisões até a entrada em vigor do Sistema de Normalização Contabilística.

Outro estudo relevante foi o de Araújo (2013), que diferentemente de Rodrigues (2011), buscou demonstrar as alterações e as melhorias possibilitadas pelo uso da norma CPC 25 no reconhecimento e na divulgação das provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, tendo como referências comparativas o anterior normativo contabilístico, o Plano Oficial de Contabilidade (POC).

O estudo de Araújo (2013) mostrou que o cumprimento da Norma Contabilística e de Relato Financeiro (NCRF) 21 trouxe aperfeiçoamento no reconhecimento e na divulgação das provisões, principalmente na divulgação das contingências, praticamente omitidas com o POC. O autor destaca que a subjetividade implícita nas provisões ainda torna difícil a aplicação da norma, devido à possibilidade de diferentes interpretações. Além disso, realça a importância da NCRF 3 (Adoção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro), que implicou em um regresso na expressão das contas de saldos com abertura em 2010, conforme referencial contabilístico, o que obrigou as empresas a reverem as provisões constituídas até esta data.

Já o estudo de Matias (2013), analisou a aderência à norma de divulgação e evidenciação do passivo contingente (CPC 25) pelas empresas petroquímicas listadas na B3. Realizou, portanto, uma pesquisa de cunho descritivo e cuja abordagem do problema foi qualitativa. Os procedimentos utilizados para a coleta de dados guiaram-se pela pesquisa



documental, pela amostragem probabilística e pela acessibilidade. Foram analisados os conjuntos das demonstrações contábeis anuais publicadas das empresas do setor petroquímico listadas na B3 do período de 2010 a 2012.

Os resultados do estudo de Matias (2013) diferentemente do estudo de Araújo (2013) que focou no NCRF, apontaram que os únicos critérios aderidos por todas as empresas foram os da divulgação em nota explicativa e da estimativa do efeito financeiro das contingências, sendo que 80% das empresas analisadas aderiram a menos da metade dos itens exigidos pelo CPC 25 quanto à evidenciação do passivo contingente mesmo depois de alguns anos da exigência da norma contábil no país.

Fonteles *et al.* (2013), evidenciou os determinantes das provisões e contingências de uma amostra de 308 companhias listadas na B3. Como procedimentos metodológicos, foi elaborado uma métrica definida de acordo com o CPC 25 que trata a obrigatoriedade das evidenciações de provisões e contingências e analisadas por meio de regressão linear múltipla. Através dos resultados foi possível constatar que assim como o estudo de Matias (2013), as organizações ainda apresentam práticas antigas de reconhecimento, mensuração e evidenciação e consequentemente falta de aderência ao CPC 25. Foi possível constatar ainda as variáveis setor de atividade, tamanho e rentabilidade influenciam positivamente a evidenciação de provisões e contingências. Já a liquidez, setor de atividade e segmento de listagem influenciam negativamente a evidenciação de provisões e contingências.

Mais tarde, com os estudos empreendidos por Castro *et al.* (2015) buscaram analisar a ocorrência de divergência na divulgação de contingências ativas e passivas pelas empresas brasileiras que negociam suas ações tanto na B3 quanto na NYSE, estudo este parecido com o de Matias (2013) e Fonteles *et al.* (2013) que não obtiveram tanta aderência da norma contábil no ano que aplicaram. No estudo de Castro *et al.* (2015) quando identificadas essas diferenças, foi verificado que as demonstrações financeiras publicadas no Brasil obedeciam ao *disclosure* obrigatório exigido pelo CPC 25.

De acordo com os dados desse estudo, as companhias que apresentam informações relativas de suas contingências ativas e passivas foram identificadas compondo um universo de 25 companhias. Os resultados demonstraram que 10 companhias apresentaram diferenças na evidenciação de seus ativos e passivos contingentes, uma assimetria relacionada, principalmente, com a maior apresentação de informações e contingências conforme o Relatório 20F. Em relação às evidenciações exigidas pela norma contábil CPC 25, dos relatórios que apresentaram diferenças, em média, foram apresentadas 50% das informações referentes aos ativos contingentes e 60% para os passivos contingentes, com isso percebe-se que ao longo dos anos os resultados comparados com os estudos de Matias (2013), Araújo (2013) e Fonteles *et al.* (2013) ainda possuem pouca aderência das exigências das normas contábil com relação ao *disclosure* obrigatório exigido pelo CPC 25.

Em outro âmbito de análise dos estudos anteriormente apresentados, o estudo de Lopes (2015) teve por finalidade avaliar as provisões e os passivos contingentes decorrentes de demandas judiciais trabalhistas, bem como verificar se os depósitos em garantia referentes a elas sofriam alterações em razão de a natureza da instituição financeira ser pública, privada ou mista. Para responder a esses questionamentos, o autor realizou uma pesquisa de cunho quantitativo, documental e descritivo, obtendo-se os dados das demonstrações financeiras e relatórios de administração das instituições selecionadas para estudo, tendo sido considerados o período compreendido entre os anos de 2010 e 2014, tendo o ano de 2010 sido estabelecido



como corte devido à obrigatoriedade de adoção do Pronunciamento Técnico CPC 25 por parte das instituições financeiras determinada pelo Banco Central a partir do dia 1º de janeiro daquele ano. Lopes, a partir dos dados obtidos, concluiu que a participação de capital público nas instituições financeiras estudadas influenciou a participação percentual das demandas trabalhistas em relação às provisões e passivos contingentes registrados, tendo a instituição financeira de economia mista apresentando os maiores valores de cobertura.

O estudo de Farias *et al.* (2016), assim como os estudos de Matias (2013), Fonteles *et al.* (2013) e Castro *et al.* (2015), buscou verificar os fatores explicativos da apresentação de provisões e contingências das companhias pertencentes do Ibovespa em 2015. Para encontrar os resultados foi utilizado um *check list* afim de avaliar o percentual de aderência a norma contábil das companhias e a partir desta variável dependente, foi utilizada uma regressão linear múltipla com variáveis explicativas coletadas nas demonstrações das companhias. Os resultados mostram que a apresentação das provisões e contingências foi crescente no período analisado. Das variáveis explicativas utilizados no estudo, a saber: tamanho, endividamento, liquidez, rentabilidade e *American Depositary Receipt* (ADR), apenas a variável tamanho da empresa influencia positivamente o nível de apresentação das empresas da amostra.

Percebe-se que aos longos dos anos o nível de apresentação em consonância com o CPC 25 (Matias, 2013; Fonteles *et al.*, 2013; Castro *et al.*, 2015; Farias *et al.*, 2016), mas ainda é necessário que as companhias aderem um maior percentual de obrigatoriedade da referida norma contábil. Assim, os estudos mencionados anteriormente demonstraram a importância em se verificar os reflexos dos processos de harmonização das normas contábeis no Brasil no que tange a apresentação das provisões e contingências conforme a norma contábil internacional, corroborando para a construção da análise desde estudo. Assim, com base nestes estudos foram apresentadas na figura 4 as hipóteses metodológicas.

Hipótese	Principais estudos
H1: Empresas maiores possuem um maior nível de <i>disclosure</i> das provisões e contingências.	Mapurunga, Ponte, Coelho & Menezes (2011); Fonteles <i>et al.</i> (2013) e Farias <i>et al.</i> (2016)
H2: Empresas com maior grau de endividamento possuem um maior nível de <i>disclosure</i> das provisões e contingências.	Mapurunga <i>et al.</i> (2011); Fonteles <i>et al.</i> (2013) e Farias <i>et al.</i> (2016)
H3: Empresas com maior rentabilidade possuem um maior nível de <i>disclosure</i> das provisões e contingências.	Fonteles <i>et al.</i> (2013) e Farias <i>et al.</i> (2016)

Figura 4 Hipóteses de pesquisa com base nos estudos anteriores

3. Procedimentos Metodológicos

A utilização e a especificação dos métodos utilizados para o desenvolvimento de pesquisas são essenciais, pois atribui caráter científico aos estudos, os distinguindo das demais formas de conhecimento. As pesquisas acadêmicas classificam-se quanto aos objetivos, aos procedimentos e à abordagem do problema (Malhotra, 2006). Dessa forma, quanto aos objetivos pretendidos, classifica-se como descritiva, bibliográfica e de caráter documental.

Em relação ao estudo documental, foram levantadas e analisadas as demonstrações financeiras e notas explicativas das companhias no ano de 2016 que fazem parte do Índice Brasil 100 (IBrX 100), disponibilizadas no ambiente virtual da B3. Os estudos documentais, de acordo com Bardin (2011), podem ser utilizados como um instrumento de diagnóstico, de modo que se possa considerar as inferências específicas ou interpretações causais sobre um dado aspecto. Essas demonstrações foram avaliadas através da técnica de análise de conteúdo.

O universo deste estudo compreendeu as companhias brasileiras registradas na B3



sujeitas à aplicabilidade do CPC 25: Provisões, Ativos e Passivos Contingentes. A amostra foi selecionada de maneira não probabilística, que de acordo com Vergara (2015, p.57), são “aquelas selecionadas por acessibilidade e por tipicidade”. Desse modo, foram intencionalmente escolhidas todas as companhias de capital aberto participantes do IBRX 100.

A escolha destas companhias justificam-se pelo fato do IBRX 100 ser o indicador de desempenho médio das cotações dos 100 ativos de maior negociabilidade e representatividade do mercado de ações brasileiro. Desta amostra foram excluídas as instituições financeiras por conterem normas e legislações específicas das demais companhias, podendo influenciar o resultado. Assim as companhias que fizeram parte deste foram apresentadas na figura 5.

1	Alupar	17	Ecorodovias	33	Grendene	49	MRV	65	Suzano Papel
2	Ambev S/A	18	Eletrobras	34	Hypermarcas	50	Multiplus	66	Taesa
3	Bradespar	19	Eletropaulo	35	Iochp-Maxion	51	Natura	67	Telef Brasil
4	Braskem	20	Embraer	36	JBS	52	Odontoprev	68	Tim Part S/A
5	BRF S/A	21	Energias BR	37	Klabin S/A	53	P.Acucar-Cbd	69	Totvs
6	CCR S/A	22	Energisa	38	Kroton	54	Petrobras	70	Tran Paulist
7	Cemig	23	Engie Brasil	39	Light S/A	55	Qualicorp	71	Ultrapar
8	Cesp	24	Equatorial	40	Linx	56	RaiaDrogasil	72	Usiminas
9	Cia Hering	25	Estacio Part	41	Localiza	57	Randon Part	73	Vale
10	Copasa	26	Eztec	42	Lojas Americ	58	Rumo S.A.	74	Valid
11	Copel	27	Fibria	43	Lojas Renner	59	Sabesp	75	Viavarejo
12	Cosan	28	Fleury	44	M.Diasbranco	60	Sanepar	76	Weg
13	CPFL Energia	29	Gafisa	45	Magaz Luiza	61	Sao Martinho		
14	Cvc Brasil	30	Gerdau	46	Marcopolo	62	Ser Educa		
15	Cyrela Realt	31	Gerdau Met	47	Marfrig	63	Sid Nacional		
16	Duratex	32	Gol	48	Minerva	64	Smiles		

Figura 5 Companhias da Amostra

Com relação à abordagem do problema, esta pesquisa classifica-se como quantitativa, por utilizar procedimentos estatísticos manipulados nos programas *STATA* ® 12 e *MS Excel*, a partir da utilização da estatística descritiva e análise de correspondência (Anacor) pela estatística multivariada. Assim, a variável percentual do grau de *disclosure* das provisões e contingências (PDPC), foi calculada a partir do *check list* com 13 (treze) quesitos obrigatórios a serem apresentados pelas companhias conforme o CPC 25, enumeradas no quadro 3 deste estudo.

Para calcular o PDPC, foi atribuído 1(um) ponto quando a companhia apresentou o quesito em sua demonstração financeira e nota explicativa e 0(nenhum) ponto quando a companhia não atendeu o quesito. No final da avaliação de cada companhia foi atribuída uma razão do total de pontos atribuídos com o total de quesitos aplicados. A partir do cálculo da *proxy* PDPC foi avaliado a correspondência (Anacor) de variáveis econômicas e de tamanho encontradas na literatura com a variável PDPC. As variáveis utilizadas são descritas na figura 6.

Variável	Legenda	Proxy	Fonte
Tamanho	TAM	Ln do Ativo Total	Econômica
Endividamento	ENDIV	Passivo Oneroso / Ativo total x 100	Econômica



Rentabilidade	ROE	Retorno sobre o ativo (ROE) = Lucro Líquido / Patrimônio Líquido	Economática
Setor de atuação	SET	Critério de Classificação conforme B3.	Economática
Nível de Governança	NGOV	Critério de Segmentação conforme B3.	Economática

Figura 6 Variáveis utilizadas no estudo

A partir disso, fez-se o teste de normalidade afim de verificar se as variáveis são paramétricas ou não paramétricas. Como não foi aceito o pressuposto de normalidade, avaliou-se a correlação através do teste de Spearman. Para se ter uma noção mais clara e visual desta relação, as variáveis foram agrupadas para operacionalização da Anacor.

Antes de operar o referido teste, deve-se, primeiramente, utilizar o teste Qui-quadrado a fim de verificar se as variáveis econômicas apresentam significância estatística a níveis satisfatórios com a variável PDPC deste estudo. Para Fávero, Belfiore, Silva & Chan (2009, p. 271), a Análise de Correspondência (Anacor), “é uma técnica que exhibe as associações entre um conjunto de variáveis categóricas não métricas em um mapa perceptual, permitindo, dessa maneira, um exame visual de qualquer padrão ou estrutura nos dados.”. Assim, o referido teste é aplicado quando se pretende estudar a relação entre duas variáveis qualitativas. Para isso as variáveis deste estudo foram transformadas para uma escala qualitativa conforme tabela 1.

Tabela 1 Variáveis do estudo em escala qualitativa

Variável	Descrição	Mensuração das Proxies
PDPC	Percentual do grau de <i>disclosure</i> das provisões e contingências	Alta: entre 1 e 0,8; Média: entre 0,79 e 0,6 e Baixa: entre 0,59 e 0.
TAM	Tamanho	Alta: entre 1 e 0,8; Média: entre 0,79 e 0,6 e Baixa: entre 0,59 e 0.
ENDIV	Endividamento	Alta: entre 1 e 0,8; Média: entre 0,79 e 0,6 e Baixa: entre 0,59 e 0.
ROE	Rentabilidade	Alta: entre 1 e 0,8; Média: entre 0,79 e 0,6 e Baixa: entre 0,59 e 0.
SET	Setor de atuação	1 – Bens industriais, 2 – Consumo cíclico, 3 – Consumo não cíclico, 4 – Materiais Básicos, 5 – Petróleo, gás e bicomcombustíveis, 6 – Saúde, 7 – Tecnologia da informação, 8 – Telecomunicações e 9 – Utilidade Pública.
NGOV	Nível de Governança	1 – Tradicional, 2 – Nível 1, 3 – Novo Mercado e 4 – Nível 2.

4. Discussão dos Resultados

Na tabela 2, são expostos os resultados da análise do nível de *Disclosure* de Provisões alcançado pelas companhias que fizeram parte da amostra deste estudo por item do *checklist* extraído do CPC 25.

Tabela 2 *Disclosure* de Informações sobre Provisões por quesito analisado

Quesito analisado		Freq	%
1	Os valores contábeis do início e do final do período.	74	97,37
2	As naturezas das provisões na data do balanço.	73	96,05
3	Provisões adicionais feitas no período, incluindo aumentos nas provisões existentes.	60	78,95
4	Valores utilizados e não utilizados revertidos durante o período.	59	77,63
5	O aumento, durante o período, no valor descontado a valor presente, proveniente do decurso do tempo, e o efeito de qualquer mudança na taxa de desconto.	55	72,37

Contabilidade e Perspectivas Futuras

Florianópolis, SC, Brasil
Centro de Eventos da UFSC
12 a 14 de agosto de 2018

6	Uma breve descrição da natureza da obrigação e o cronograma esperado de quaisquer saídas de benefícios econômicos resultantes, para cada classe de provisões.	67	86,84
7	Uma indicação das incertezas sobre o valor ou o cronograma dessas saídas; sempre que necessário para fornecer informações adequadas, a entidade deve divulgar as principais premissas adotadas em relação a eventos futuros, para cada classe de provisões.	44	57,89
8	O valor de qualquer reembolso esperado, declarando o valor de qualquer ativo que tenha sido reconhecido por conta desse reembolso esperado.	44	57,89

MÉDIA: 78,12%

Diante dos resultados supracitados na tabela 2, observa-se um grau razoável de *disclosure* pelas companhias da amostra por quesito analisado das Provisões, visto que a média destes quesitos foi de 78,12%. Todavia percebe-se que nenhum dos quesitos obteve alcance total pelas companhias. O quesito que apresentou maior alcance com relação às provisões foi à apresentação dos valores contábeis do início e final do período atingindo assim 97,37% das companhias. Por sua vez, os quesitos que tratam da indicação de incertezas, cronogramas e o valor de qualquer reembolso esperado, apresentaram o menor grau de *disclosure* de provisões pelas companhias, com percentual de 57,89%.

Com relação às contingências, na tabela 3 são expostos os resultados da análise do nível de *Disclosure* alcançado pelas companhias que fizeram parte da amostra deste estudo por item do *checklist* extraído do CPC 25.

Tabela 3 *Disclosure* de Informações sobre Contingências por quesito analisado

Quesito analisado		Freq	%
9	As classes de passivos contingentes na data do balanço.	65	85,53
10	Uma breve descrição da natureza do passivo contingente	66	86,84
11	A estimativa do seu efeito financeiro	73	96,05
12	A indicação de incertezas relacionadas ao valor ou momentos de ocorrência de qualquer saída	43	56,58
13	A possibilidade de qualquer reembolso	43	56,58

MÉDIA: 76,32%

Para verificar o grau de aderência por setores da B3 em relação à norma contábil avaliada, os resultados foram sintetizados por setores conforme tabela 4.

Tabela 4 *Disclosure* das Provisões e Contingências por setores da B3

Setor	N	%
Bens industriais	9	76,93
Consumo cíclico	18	71,36
Consumo não cíclico	10	89,23
Materiais básicos	11	79,72
Petróleo, gás e biocombustíveis	3	94,87
Saúde	4	80,77
Tecnologia da informação	2	65,39
Telecomunicações	2	100
Utilidade pública	17	76,93
TOTAL	76	78,84

Dentre os setores estudados, os que apresentaram maior grau de aderência ao CPC 25: Provisões, Ativos e Passivos Contingentes foi o de telecomunicações atendendo todos os



questos avaliados pelas duas companhias que compõe este setor na amostra. Confirmando os resultados encontrados, no estudo de Suave, Codesso, Pinto, Vicente & Lunkes (2013), foi o segundo setor com maior nível de evidenciação. Na pesquisa de Fonteles *et al.* (2014) é possível constatar que o setor de telecomunicações está entre os três setores com maior nível de evidenciação de provisões e contingências. O mesmo ocorre no estudo de Farias *et al.* (2016), com média de 56,8%, o referido setor foi o segundo com maior grau de *disclosure* da referida norma contábil.

O segundo setor com maior evidenciação de provisões e contingentes, com um percentual de 94,87% e abrangendo 3 companhias foi Petróleo, gás e biocombustíveis. Comparando o nível de apresentação deste setor com os resultados do estudo de Farias *et al.* (2016), é possível verificar que a média de *disclosure* foi de 56,5%, correspondendo o terceiro setor com maior nível de evidenciação. Comparando com estudos anteriores, foi possível verificar que os resultados se confirmam, já que no estudo de Suave *et al.* (2013), o setor de Petróleo, gás e biocombustíveis foi o que apresentou o maior nível de *disclosure* de provisões e contingências. Por sua vez no estudo de Farias *et al.* (2016), foi o terceiro setor que mais evidenciou, com percentual de 56,5%.

Percebe-se, portanto que ao longo dos anos as companhias têm aumentado o nível de aderência as normas internacionais de contabilidade, entretanto os setores que apresentaram maiores *disclosures* de provisões e contingência continua sendo os mesmos conforme demonstrado nos estudos de Suave, Codesso, Pinto, Vicente & Lunkes (2013), Fonteles *et al.* (2014) e Farias *et al.* (2016).

Com relação aos níveis de governança corporativa da B3, percebe-se que as companhias com maior nível de *disclosure* de provisões e contingências foi o tradicional, com média de 89,23% e em segundo lugar as companhias do nível 1 com média de 80,22%. Este resultado contrapõe o estudo realizado por Fonteles *et al.* (2014) que encontrou como maior grau de apresentação o nível 2 da B3, num percentual de 43,80%. Por sua vez no estudo de Farias *et al.* (2016), o nível 1, com média de 57,40% apresentou o maior nível de aderência do CPC 25: Provisões, Ativos e Passivos Contingentes.

A partir do percentual de *disclosure* das provisões e contingências encontrados a partir do *check list* aplicado as notas explicativas e demonstrações contábeis das companhias que compôs a amostra, foram coletadas através do software econômica as *proxies* relacionadas com as variáveis econômicas de desempenho e tamanho conforme a literatura expressa na figura 8. Com o objetivo de verificar se os dados são paramétricos ou não paramétricos, fez-se o teste de normalidade, conforme tabela 5.

Tabela 5 Resultado do teste de normalidade

Variável	Obs	W'	V'	z	Prob>z
PDPC	76	0,93248	4,753	3,019	0,00127
LnAtv	76	0,97443	1,820	1,161	0,12284
Rentabilidade	76	0,89566	7,427	3,886	0,00005
Lucro	76	0,54004	32,740	6,762	0,00001
Endividamento	76	0,96244	2,673	1,906	0,02833

A partir do resultado do teste de normalidade, é possível verificar que as variáveis não seguem uma distribuição normal, são portanto não paramétricos. Assim, fez-se a correlação de Spearman, conforme é apresentado na tabela 6.

Tabela 6 Resultado da Correlação de Spearman

Variável	PDPC	LnAtv	Rentabilidade	Lucro	Endividamento
PDPC	1,0000				
LnAtv	0,0956	1,0000			
Rentabilidade	-0,2602**	-0,4111***	1,0000		
Lucro	-0,1340	0,2504**	0,6635***	1,0000	
Endividamento	0,0563	0,2443**	-0,4758***	-0,2576**	1,0000

** p<5% de significância estatística; *** p<1% de significância estatística.

Através dos resultados da correlação de Spearman, é possível verificar que quanto maior a rentabilidade da organização, menor é o nível de *disclosure* contrariando a hipótese de que empresas com maior rentabilidade possuem um maior nível de *disclosure* das provisões e contingências. A legitimação da empresa pode ser um fator que ocasionou o resultado, visto que empresas que estão com dificuldade financeira tendem a buscar se legitimar entre a sociedade, apresentando assim um alto índice de *disclosure* de informações, contrariando assim os estudos de Fonteles *et al.* (2013) e Farias *et al.* (2016).

Levando em consideração os resultados do teste de normalidade e da correlação de Spearman, fez-se a análise de correspondência (Anacor), segregando as variáveis. Para operacionalização do teste Anacor é necessário realizar o teste Qui-quadrado, conforme já disposto, para avaliar o grau de dependência destas variáveis econômicas e de tamanho com o percentual de *disclosure* encontrado PDPC. Assim, a tabela 7 apresenta os resultados do referido teste.

Tabela 7 Teste qui-Quadrado

Associações	p-value
DIFD x Tamanho	0.922
DIFD x Endividamento	0.981
DIFD x Rentabilidade	0.013
DIFD x Setor de Atuação	0.503
DIFD x Nível de Governança	0.266

A partir dos resultados do teste Qui-quadrado verificou-se que somente para a variável rentabilidade apresentou significância estatística satisfatória (inferior a 5%), ou seja, apenas a variável rentabilidade pôde-se inferir sua relação com a variável nível de *Disclosure* (DIFD).

A análise de correspondência (Anacor) é uma técnica de interdependência da estatística multivariada que “busca estudar a relação entre variáveis qualitativas, permitindo ao pesquisador a visualização de associações, por meio de mapas perceptuais que oferecem uma noção de proximidade, ou associação de frequência das variáveis associadas.” (Fávero, Belfiore, Silva & Chan, 2009, p. 271). Com isso, a figura 7 apresenta o mapa perceptual da variável rentabilidade com o nível de *disclosure*, que através do teste qui-Quadrado foi a única variável associada com o DIFD.



Figura 7: Mapa perceptual do DIFD x Rentabilidade

Fonte: Resultado da pesquisa (2018)



A partir da figura 10, observa-se a proximidade entre as variáveis no mapa perceptual, constatando-se, assim, que um alto nível de *disclosure* das informações acerca das provisões e contingências está associado a uma baixa rentabilidade da empresa, confirmando assim, os resultados encontrados na correlação de Spearman. Confirma também o indício de que empresas com baixa rentabilidade tentam se legitimar, divulgando mais informações.

Por outro lado, não foi encontrado uma relação tão explicitada entre rentabilidade e nível de *disclosure* para empresas com rentabilidade média e alta, pois uma rentabilidade média está associada a um *disclosure* baixo, e uma baixa rentabilidade está associada a um médio *disclosure*, padrão esse não detectado na análise de correlação. Portanto, a partir da análise do mapa perceptual, o primeiro teste aponta para a não aceitação da hipótese da pesquisa, de que empresas com maior rentabilidade possuem um maior nível de *disclosure* das provisões e contingência, contrariando os resultados encontrado no estudo de Fonteles *et al.* (2013) e Farias *et al.* (2016).

Com relação às variáveis tamanho e endividamento apesar dos estudos de Mapurunga, *et al.* (2011); Fonteles *et al.* (2013) e Farias *et al.* (2016) encontrarem influência com o nível de *disclosure* não se pode afirmar tal hipótese, visto que o teste qui-Quadrado não apresentou correlação entre o nível de *disclosure* encontrado.

5. Considerações Finais

Em função das normas internacionais de contabilidade, o termo provisão passou a ter novos conceitos e aplicabilidade nas companhias. Por sua vez, as contingências passaram a ter um peso relevante no cenário econômico e financeiro das companhias, levando em consideração a subjetividade que as contingências estão inseridas.

Assim, este estudo teve como objetivo analisar os determinantes do *disclosure* das exigências contidas no CPC 25: Provisões, Ativos e Passivos Contingentes pelas companhias listadas na B3, levando em consideração as mudanças que a referida norma contábil oriunda do advento das normas internacionais de contabilidade trouxe para o Brasil.

Diante dos resultados, constatou-se que a média de *disclosure* das provisões foi de 78,12% e 76,32% para contingências. Com relação aos setores, os que apresentaram maior grau de aderência ao CPC 25 foi o de telecomunicações atendendo todos os quesitos avaliados pelas duas companhias que compõe este setor na amostra. O segundo setor foi Petróleo, gás e biocombustíveis com percentual de 94,87%. Os níveis de governança corporativa da B3 com maior nível de *disclosure* de provisões e contingências foi o tradicional, com média de 89,23% e em segundo lugar as companhias do nível 1 com média de 80,22%.

Com relação aos resultados da Correlação de Spearman e teste Qui-quadrado realizados neste estudo, foi possível averiguar que apenas a variável rentabilidade apresentou dependência com a variável *disclosure*. As demais variáveis econômicas e de tamanho não apresentam dependência. Assim, fez-se o teste de Correspondência (Anacor) e a partir do mapa perceptual verificou que um alto nível de *disclosure* das informações acerca das provisões e contingências está associado a uma baixa rentabilidade da empresa, uma rentabilidade média está associada a um *disclosure* baixo, e uma baixa rentabilidade está associada a um médio *disclosure*. Portanto, a partir da análise do mapa perceptual, o primeiro teste aponta para a não aceitação da hipótese da pesquisa, de que empresas com maior rentabilidade possuem um maior nível de *disclosure* das provisões e contingência, contrariando os resultados encontrado no estudo de Fonteles *et al.* (2013) e Farias *et al.* (2016).



A partir dos resultados, foi possível constatar que de modo geral o CPC 25 é substancialmente observado pelas empresas analisadas e ao longo dos anos, percebe-se que o grau de aderência tem aumentado pelas companhias, visto que ao longo dos estudos há um aumento no nível de *disclosure* (Rodrigues, 2011; Araújo, 2013; Matias, 2013; Fonteles *et al.*, 2013; Castro *et al.*, 2015; Lopes, 2015 e Farias, Huppel, Lopes & Noriller, 2016). Para futuros estudos empíricos na área, sugere-se expandir a amostra em estudo para outros setores e até mesmo outros centros financeiros além da B3, visto que o tamanho da amostra deste estudo pode ter sido um fator limitante, todavia acredita-se que os objetivos foram alcançados.

Referências

- Almeida, M. C. (2014). *Curso de Contabilidade intermediária superior em IFRS*. Atlas.
- Araújo, P. C. F. F. (2013). *Provisões, passivos contingentes e activos contingentes* (Doctoral dissertation).
- Avelar, A. F., Avelar, B., Fonseca, K. B. C., Silva, M. B. A., & Costa, P. D. S. (2015). Value relevance da evidenciação de provisões e passivos contingentes. *Pensar Contábil*, 16(61).
- Barcellos, L. P., Silva, A. H. C., & Costa Junior, J. V. D. (2012). Impactos da adoção das normas internacionais de contabilidade no Brasil: uma investigação no setor de siderurgia e metalurgia. *Pensar Contábil*, 14(54).
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Editora 70.
- Benedicto, G. C. D., Padoveze, C. L., & Leite, J. D. S. J. (2012). Manual de contabilidade internacional: IFRS, US Gaap e Br Gaap: teoria e prática. *São Paulo: Cengage Learning*.
- Castro, M. C. C. S., Vieira, L. K., & Pinheiro, L. E. T. (2015). Comparação do Disclosure de Contingências Ativas e Passivas nas Empresas Brasileiras com Ações Negociadas na B3 e na NYSE. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, 20(2).
- Comitê, D. P. C. C. (2009). Pronunciamento Técnico CPC 25: Provisões. *Passivos Contingentes e Ativos Contingentes*. Brasília, DF.
- Costa, T. D. A., Almeida, S. R. V., & Silva, A. H. C. (2014). Uma análise dos impactos da adoção das normas internacionais de contabilidade no Brasil: um estudo de empresas de capital aberto no setor de bebidas, alimentos e comércio. *Pensar Contábil*, 15(56).
- Costa, J. A., Theóphilo, C. R., & Yamamoto, M. M. (2012). A aderência dos pronunciamentos contábeis do CPC às normas internacionais de contabilidade. *Contabilidade, Gestão e Governança*, 15(2).
- Cunha, C. M. O., & Pilenghy, M. M. O. (2012). Evolução da Contabilidade Versus a importância da Educação Continuada para o Profissional Contábil. *Revista Eletrônica Saber Contábil-RSC*, 2(2), 23-38.
- Diniz, V. G., de Oliveira, A. S., Niyama, J. K., & Diniz, J. A. (2014). Níveis Diferenciados de Governança Corporativa e a Qualidade da Informação Contábil Durante o Processo de Convergência às Normas Internacionais de Contabilidade. *ConTexto*, 14(27), 23-42.



Farias, R. B., Huppes, C. M., Loppes, A. C. V., & Noriller, R. M. (2016). Fatores Explicativos do Índice de Disclosure das Provisões e Passivos Contingentes das Empresas Pertencentes ao Índice Bovespa.

Fávero, L. P., Belfiore, P., Silva, F. D., & Chan, B. L. (2009). Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões.

Ferreira, A. P. C. (2013). A percepção de conhecimento dos estudantes de ciências contábeis sobre as normas internacionais de contabilidade: um estudo em instituições de ensino superior de Goiânia.

Fonteles, I. V., do Nascimento, C. P. S., Ponte, V. M. R., & Rebouças, S. M. D. P. (2013). Determinantes da Evidenciação de Provisões e Contingências por Companhias listadas na BM&FBOVESPA. *Revista Gestão Organizacional*, 6(4).

Jacques, G. V. (2009). Simulação dos impactos na contabilidade das pequenas e médias empresas brasileiras com a adoção das normas internacionais. *Monografia (Curso de Ciências Contábeis). Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina, Florianópolis.*

Lopes, J. C. D. (2015). Provisões e passivos contingentes: uma análise comparativa do índice de cobertura das provisões e passivos contingentes trabalhistas em instituições financeiras públicas, mistas e privadas.

Pereira, M. L. S. S. (2011). *Teste de recuperabilidade de ativos: análise da conformidade com os requisitos de divulgação das IAS 36 e do CPC 01*. Trabalho de Conclusão de Curso, Puc Minas.

Mapurunga, P. V. R., Ponte, V. M. R., Coelho, A. C. C., & Meneses, A. F. (2011). Determinantes do nível de disclosure de instrumentos financeiros derivativos em firmas brasileiras. *Revista Contabilidade & Finanças-USP*, 22(57).

Malhotra, N. K. (2006). *Pesquisas de marketing: uma orientação aplicada*. (4a ed.). (L. Bocco, Trad.). Porto Alegre: Bookman.

Matias, C. C. L. (2013). Evidenciação do passivo contingente: um estudo das empresas do setor petroquímico listadas na B3.

Niyama, J. K. (2009). *Contabilidade Internacional*. 1ª ed. São Paulo: Atlas, p. 38 - 41.

Rodrigues, C. M. S. (2011). *Provisões e contingências* (Doctoral dissertation, Instituto Politécnico do Porto. Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto).

Salotti, B. M. (2015) *Convergência da contabilidade Brasileira às normas Internacionais de Contabilidade (IFRS): retrospectiva histórica e desafios para o futuro*. São Paulo: Atlas, 155 p.

Suave, R., Codesso, M. M., de Moraes Pinto, H., Vicente, E. F. R., & Lunkes, R. J. (2013). Divulgação de Passivos Contingentes nas empresas mais líquidas da BM&FBovespa. *Revista da UNIFEFE*, 1(11).

Vergara, S. C. (2015). Projetos e relatórios de pesquisa em administração. São Paulo: Atlas, 2000. *Métodos de pesquisa em administração*, 3.